



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Leme de Oliveira Borba, Patrícia; Esquerdo Lopes, Roseli
Organizações Não Governamentais, Jovens Pobres e Educadores Sociais nas Cidades
EccoS Revista Científica, vol. 12, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 437-452
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518580010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, JOVENS POBRES E EDUCADORES SOCIAIS NAS CIDADES

Patrícia Leme de Oliveira Borba*

Roseli Esquerdo Lopes**

*Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car). Integrante do Grupo de Pesquisa Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social. São Carlos, SP – Brasil. patricialemeborba@hotmail.com

**Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Terapia Ocupacional da UFSCar. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social. São Carlos, SP – Brasil. relopes@ufscar.br

Trata-se da análise das práticas de educadores sociais no interior de duas Organizações Não Governamentais (ONGs), numa grande cidade do Estado de São Paulo, atuantes no campo da educação e da assistência social, que se dedicam ao trabalho preventivo com jovens em situação de vulnerabilidade social, no período contrário ao escolar. Trabalhou-se com observação participante e entrevistas semi-estruturadas, sendo que o conjunto desse material foi analisado com base nas seguintes categorias: o papel das ONGs/Terceiro Setor na sociedade contemporânea, a condição atual da juventude pobre e urbana, a educação e o educador social. Conclui-se que as práticas educativas que ocorrem nos espaços estudados podem favorecer, no microssocial, de maneira individualizada, ampliações das redes sociais de suporte dos jovens pobres. Contudo, as ONGs, na estrutura social em que estão inseridas, reproduzem suas desigualdades sociais, econômicas e políticas, operam na lógica do assistencialismo, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: Ações socioeducativas. Juventude. Organizações Não Governamentais.

Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Parte dos dados da pesquisa que compõe este texto foi apresentada no IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, realizado em São Carlos (SP), em 2009.

1 Introdução

Concomitantemente ao fortalecimento do projeto político neoliberal no Brasil, vivenciou-se a projeção nacional das organizações não governamentais (ONGs) que realizam práticas educativas voltadas para adolescentes e jovens pobres¹.

Embora essas instituições tenham se multiplicado, a formação de seus principais agentes educativos, os educadores sociais, não acompanhou esse processo e, de uma forma geral, os educadores se deparam com uma série de dificuldades para execução do seu trabalho, desde a escassez de material para suas atividades, formações frágeis, salários baixos, o trabalho técnico entendido como voluntário, entre outras.

Para a investigação dessa problemática, optou-se pelo estudo de caso de observação (BOGDAN; BIKLEN, 1994) de duas Organizações Não Governamentais na periferia da cidade de Campinas (SP), focalizando o grupo de educadores sociais que atuam com adolescentes e jovens. Os espaços escolhidos passaram pelo crivo de desenvolverem ações socioeducativas com jovens entre 15 e 18 anos, no período contrário ao escolar, vinculando sua permanência na instituição à matrícula no sistema formal de ensino, receberem financiamento da Prefeitura Municipal de Campinas e serem, notadamente, reconhecidas como participativas nos fóruns de discussão da política da garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Os jovens frequentadores dos dois espaços eram beneficiários do Programa Agente Jovem do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, integrando, portanto, famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Pode-se afirmar que são sujeitos pertencentes às classes pobres implicando em situações com características e experiências próprias desse grupo e que não podem ser generalizadas para toda condição juvenil. A juventude pobre, tomada como uma das categorias deste trabalho está inscrita na zona da “vulnerabilidade social” (CASTEL, 1998), que associa precariedade do trabalho (seu e/ou de

1 Conforme Sposito e Corrochano (2005): “a designação utilizada – jovens pobres – é intencional, uma vez que não se pretende aceitar alguns adjetivos que vêm sendo adotados, como ‘excluídos, vulneráveis, em situação de risco ou miseráveis’” (p.146).

suas famílias) e fragilidade relacional. A juventude que aqui analisamos, além de vulnerável na sua condição de inserção social, vivencia o contexto das periferias urbanas com as consequências que esse ambiente provê em termos de condições precárias de trabalho, de estudo e em limitações de espaços de circulação.

É significativa e intencional a multiplicação das ONGs nas periferias das grandes cidades, nos bolsões de miséria, visto que há a necessidade de estratégias que minimizem os efeitos da desigualdade social, da violência, que criem formas para gerir e controlar o tempo livre desses jovens pobres. Assim, tais espaços têm se legitimado na sociedade como um lugar onde ocorrem ações socioeducativas que dialogariam com as necessidades dos jovens. Proclamam, para além da realização de um trabalho educativo, o compromisso com a transformação social do território onde estão inseridos, referindo a aposta nos jovens como protagonistas para essa ação. Nesse sentido, o jovem carrega “rótulos” contraditórios sob os quais é visto como esperança de transformação da sua comunidade e como aquele/aquela que ameaça a ordem estabelecida, como rebelde e, muitas vezes, perigoso, de maneira que seus tempos, seus espaços de circulação precisam ser controlados.

É nesse cenário, entre a ação educativa e a assistência social, que se desenvolve o trabalho do educador social, sujeito que executa, cria, inventa os fazeres, cotidianamente, nas ONGs.

Foram dois meses de participação e observação em cada uma das ONGs. Todo o acompanhamento do trabalho dos educadores sociais e das situações cotidianas vivenciadas nos espaços institucionais escolhidos foi registrado em diários de campo. Os dados desta pesquisa também foram buscados pela aplicação de entrevistas semi-estruturadas². O conjunto desse material foi analisado com base nos conceitos e discussões sobre o papel das ONGs/ Terceiro Setor na sociedade contemporânea, a condição atual da adolescência e juventude pobre que reside nas periferias dos centros urbanos, a educação na sua vertente mais abrangente, pois nos interessou, neste percurso, tanto os caminhos da educação formal como os das práticas não-formais, e o educador

2 Foram entrevistados: representante da diretoria, coordenação técnica, técnicos, educadores sociais que atuam diretamente com os adolescentes e jovens e egressos. Tivemos o total de 24 entrevistas, sendo 11 na ONG 1 e 13 na ONG 2. Ainda, a partir da vinculação da pesquisadora com os adolescentes que vivenciavam as práticas das organizações estudadas, criamos o “Jogo do Consenso”, que tinha um dado, no qual cada um dos seus lados trazia uma pergunta associada à temática da pesquisa. Como objeto facilitador, foi criado um dispositivo que indicava, entre os próprios jovens, quem era o entrevistador e quem seria o entrevistado, e cabia ao entrevistado dizer se a resposta de seu colega era suficiente.

social, partindo de suas proposições mais gerais, e por vezes carregadas de utopia, até as condições materiais de seu trabalho na realidade urbana brasileira.

2 Notas sobre as ONGs

As ONGs são integrantes de um conjunto maior de organizações que fazem parte do que se convencionou nomear de Terceiro Setor. Montañó (2003) caracteriza este setor como sendo o conjunto de organizações privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária. No Brasil, esses espaços têm representado o modelo de intervenção dominante na área social.

Historicamente, no Brasil, parte das organizações não governamentais nasceu na década de 1980, apoiando os movimentos populares. Por terem claro o objetivo da articulação do movimento social pela luta dos direitos decorrentes da cidadania (LANDIM, 1996), esse modelo de ONG passou a ser nomeado como militante e colaborou no processo de transição democrática vivenciado pela sociedade brasileira a partir do final dos anos 1970 e, fortemente, nos anos 1980. Por essa caracterização, elas se opunham ao Estado e, de certa forma, tal posição política foi garantida pelo financiamento internacional de países interessados em estabelecer no Brasil uma ordem democrática (GOHN, 1999). Na década de 1990, esse quadro sofre uma inflexão na medida em que as ONGs financiadas pelas agências internacionais passaram a contar com menos recursos. Em um contexto mundial, experimentava-se uma séria crise do capital, iniciada em meados da década de 1970, e que encerrou sua denominada era de ouro (HOBBSAWM, 1995). Disparou-se, assim, toda uma reestruturação do capital, objetivando assegurar a permanência do sistema como um todo. Essa permanência apoiou-se fortemente na flexibilização dos processos de trabalho, o que trouxe consequências significativas no que diz respeito à precarização de suas condições, com destaque para o crescimento dos trabalhadores em tempos parciais, temporários, terceirizados e subcontratados (HARVEY, 1993).

Nesse processo, passou-se a ter menos recursos e financiamentos internacionais e as ONGs nascidas na década de 1990 diminuíram seu caráter militante e de oposição ao Estado. Dessa maneira, nesse período, elas foram fortemente influenciadas pela ordem política e econômica neoliberal.

Atualmente, as ONGs, em sua grande maioria, executam projetos com financiamento estatal e, uma vez que estes recursos são insuficientes, buscam, incessantemente, captar novos recursos, sempre igualmente restritos, junto a outros órgãos financiadores como, por exemplo, empresas privadas, fundações, instituições – laicas e religiosas – e indivíduos (MONTAÑO, 2003; MALFITANO; LOPES, 2004). Para acessar estes outros recursos, diferentes daqueles advindos do Estado, há uma tendência propositiva das ONGs de se afirmarem pelo objetivo não lucrativo de suas atividades. Contudo, tal objetivo pode ser relativizado já que o auxílio à pobreza se transformou num poderoso marketing social para as grandes empresas, agregando valor aos seus produtos e, assim, uma vez que estes são objetos de uma ação de responsabilidade social, passam a ser valorizados, mesmo que indiretamente (MONTAÑO, 2003).

Essa breve retomada histórica nos permite inferir que as ONGs assumiram novas configurações, novos projetos políticos, reestruturaram sua organização e processos de trabalho. Vale, entretanto, ressaltar que muitas se mantiveram no interior de suas propostas e ações delimitadas pelo modelo assistencialista³, amplamente difundido, assemelhando-se às instituições religiosas, tradicionalmente presentes no campo social, pautadas por ações de benemerência e caridade.

Neste sentido, Montaña (2003), em sua crítica a este modelo institucional, nomeia o processo da manutenção do assistencialismo por estas organizações de “refilantropização da questão social”, e Dagnino (2004) de “filantropia redefinida”; depreende-se que prevalecem nesses espaços ações focais que têm por base a responsabilidade privada e a autoajuda, características basilares da ação filantrópica (SERRA, 2003).

3 O modelo assistencialista pode ser compreendido quando dada ação não representa a incorporação de um novo elemento à cidadania, ou seja, os recursos canalizados para os fins de proteção social provêm, essencialmente, de doações caritativas, os serviços não são um direito do cidadão, mas uma dádiva a ser concedida àqueles que são incapazes de suprir por si mesmos as necessidades mínimas próprias e de seus familiares. Nesse modelo, as ações estigmatizam os indivíduos como incapazes e o acesso a essa assistência implica na renúncia a outros âmbitos da cidadania (LOPES, 1999).

A quantidade mais expressiva de surgimento das Fundações Sem Fins Lucrativos (IBGE, 2002), em que estão incluídas as ONGs, está inscrita a partir da década de 1980, com um salto na década de 1990, coincidentemente, com a implantação do projeto econômico neoliberal. Assiste-se ao “afastamento do Estado das suas responsabilidades de resposta às seqüelas da questão social” (MONTAÑO, 2003, p.18), sendo que este processo de desresponsabilização do Estado “seria (supostamente) compensado através da ampliação dos sistemas filantrópico-voluntários, do chamado Terceiro Setor” (MONTAÑO, 2003, p. 22).

Esse contexto brasileiro torna-se complexo, pois a consolidação no âmbito jurídico dos direitos sociais faz parte de um período bastante recente, a partir da promulgação da Constituição de 1988. Porém, há um distanciamento entre a promulgação da lei e sua efetividade nas relações cotidianas, a diáde “lei – garantia”, infelizmente, não é dada. No espaço produzido entre as “não” efetividades, vivem milhões de cidadãos brasileiros que demandam ações protetivas do Estado.

Nesse mesmo período, a agenda neoliberal muda esse discurso, passando a integrar e pontuar a necessidade de intervenção do Estado com as camadas mais pobres, visando à manutenção da estabilidade política e à redução de conflitos (DRAIBE, 1993). Tais conflitos são expressos em situações de violência, demandando respostas, na maior parte das vezes, ações repressoras, mas também de proteção.

Para a execução das ações protetivas encontramos as parceiras entre Estado e ONGs. É importante notar que a existência e a proliferação das ONGs, bem como desse modelo de parceria, segue a lógica da precarização e da flexibilização, visto que as verbas de repasse nas parcerias são escassas, refletindo-se nas condições de trabalho dos sujeitos que irão ser contratados.

Pode-se apontar, respeitando as diferenças históricas das inúmeras ONGs brasileiras, atualmente, que as suas fontes de financiamentos são bastante semelhantes, sendo que a grande maioria depende do Estado.

Dagnino (2004) explicita uma das contradições dessas instituições, financiadas pelo Estado e que se dedicam por e para causas públicas, mas que, não obstante, “traduzem os desejos de suas equipes diretivas” (p.101). Isso nos remete à polêmica já apresentada em uma das primeiras obras nacionais sobre as ONGs, a de Rubens César Fernandes (1994), que trazia no seu título a afirmativa: privado, porém público. O que pode ser considerado mais privado do que a tomada de decisões por um grupo de pessoas (quando existe grupo), a partir de seus valores, concepções de mundo, de homem, de posições políticas?

Outro risco referido por Dagnino (2004) seria o processo da confluência perversa⁴, a saber: existem dois projetos antagônicos circulando na sociedade atual, um aliado aos princípios neoliberais e outro aos princípios sociais democráticos. Em análises superficiais, pode-se considerar que as propostas para as categorias que envolvem participação e democracia são os mesmos veiculados pelos dois projetos, pois ambos dizem demandar uma sociedade civil participativa. Assim, as ONGs acabam sendo um ótimo palco para a veiculação da participação da sociedade civil organizada. A perversidade reside no fato de que se alimenta a expectativa de muitas pessoas corroborando a ideia de que as ONGs são espaços para o desempenho da sua participação na sociedade, ou até, o cumprimento da sua responsabilidade social enquanto cidadãos. Contudo, são espaços que partem de demandas e escolhas com pouca representatividade das pessoas que vão ser alvos de suas ações. Dessa forma, enfraquecem-se movimentos que poderiam ser mais coletivizados, refletindo-se em um processo de despolitização (DAGNINO, 2004).

Ao olharmos a constituição das ONGs, é importante relativizar o papel de sua capacidade de transformação social da realidade brasileira, uma vez que tais processos são altamente complexos e a simples terceirização, ou contratação dos serviços prestados pelas ONGs, a baixo custo, não será suficiente para alavancá-los e permitir a saída do buraco social em que o Brasil se encontra (TEIXEIRA, 2003).

4 Perversa é referida a “um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar” (DAGNINO, 2004, p. 96).

Este trabalho se preocupou com um tipo específico de ONG, aquela que na sua missão institucional escolheu dedicar suas atividades aos jovens pobres e constituíram sua ação sobre o eixo da educação com interface na assistência social.

3 Práticas socioeducativas e jovens pobres nas cidades

A imersão no cotidiano de trabalho dos educadores sociais e, principalmente, o estreitamento das relações vinculares, nos permitiram entrar em contato com a dinâmica mais próxima do “real” de suas ações com os jovens, além de trocas em torno de opiniões, críticas, referenciais teórico/ideológicos e posicionamentos políticos.

Procurou-se no período da realização da pesquisa, acompanhar todas as atividades oferecidas pelos 12 educadores sociais relacionadas ao público jovem. Assim, a diversidade de atividades acompanhadas se atrelava ao perfil dos educadores sociais, às possibilidades e aos limites das condições institucionais. Tais atividades variavam entre expressivas, de produções textuais, artesanais, cursos profissionalizantes, esportes, rodas de conversa, idas a bibliotecas e, em grande parte do tempo, gerenciamento da rotina institucional (oferecimento do almoço, lanche, mediação de conflitos, controle de entrada e saída, verificação da frequência escolar, administração das bolsas dos programas de transferência de renda, entre outras atribuições).

Com base nesses dados, somados às informações advindas das entrevistas, definimos as temáticas que mais se destacaram, a saber: - o perfil dos educadores sociais, - a condição de precariedade do trabalho, especialmente no que se refere ao salário, - o trabalho técnico operando na lógica do voluntariado, - a discussão sobre os programas de transferência de renda e sua influência na condução das atividades, - a noção de “respeito” (SENNETT, 2004). A análise buscou a apreensão dos efeitos dessas práticas na vida dos jovens.

Sobre o “perfil dos educadores sociais”, a primeira questão que emerge é a presença quase absoluta de mulheres. Pode-se incorrer em diversas explicações para a existência do recorte de gênero no trabalho nessas organizações. Primeiramente, é um fato histórico e social a ligação entre as mulheres e as profissões que implicam em algum tipo de cuidado, vide a história de profissões como Enfermagem, Serviço Social, entre outras (IMBERÓN, 2000; VERDÈS-LEROUX, 1986). Tal explicação é pautada pelos processos relacionais constituídos pelas mulheres. Sabe-se, segundo Oliveira (1992), da existência da facilidade do “feminino” em estabelecer com o(s) outro(s) processos de alteridade, transpessoalidade e interconexão. Além dos aspectos subjetivos, temos uma explicação econômica para o fato das mulheres ocuparem, em grande parte, os postos de trabalhos das ONGs, uma vez que tais organizações estão inseridas na lógica da flexibilização dos processos de trabalho, que é seguida pela sua precarização. Com a entrada da mulher no mundo do trabalho (emprego/posto de trabalho), existiu, de fato, um ganho real da luta feminista por uma maior autonomia frente ao universo masculino. Porém, também é verdadeiro afirmar que as portas abertas foram as dos postos de trabalho precários, onde imperam a informalidade, a baixa remuneração, o não registro em carteira, portanto, a ausência de proteções trabalhistas (GUIMARÃES, 2005).

É possível fazermos mais dois recortes no delineamento do perfil das educadoras: etário e societário. As educadoras sociais, invariavelmente, são jovens e advindas das camadas populares. Dessa maneira, são mulheres jovens que já se dedicavam a alguma ação mais coletiva na sua comunidade, associada fortemente aos movimentos religiosos, ou, ainda, que estavam em processo de formação universitária, realizando estágios de último ano do curso de graduação da área das humanidades ou de áreas correlatas. Com relação a este último aspecto, os estágios, o relatório do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2004), avaliando as organizações que executam o Programa Federal Agente Jovem, referenda, enquanto perfil adequado para o educador social o do estagiário que possuem experiência em trabalhos comunitários e com jovens.

5 Pelo fato de não existir um conselho de classe profissional que regularize o piso salarial dos educadores sociais, encontramos muitas variações no mesmo, ficando a critério da instituição sua definição. Com base em nossas experiências no campo, bem como nos dados coletados, de maneira geral, por 40 horas de trabalho semanais/mês, recebe-se entre dois e três salários mínimos/mês.

O que nos remete ao segundo tópico com destaque em nossas análises relativo à “condição de precariedade do trabalho das educadoras sociais” em consequência do recebimento de um salário muito baixo⁵. Uma das educadoras, ao conversarmos sobre esse dado, concluía que seu trabalho valia R\$ 0,25/hora, ao fazer um cálculo que considerava seu salário/hora por criança/adolescente atendido.

Assim, convive-se com a alta rotatividade de educadores sociais nas ONGs, tendo esta se convertido no que Rosemberg (1995) destaca como um dos parâmetros de avaliação para as instituições sociais: o índice de *turnover* (troca, rotatividade) do quadro funcional.

Podemos afirmar que as escolhas das equipes dirigentes privilegiam a contratação de profissionais em formação ou recém-formados que se submetem, mesmo que temporariamente, a uma baixa remuneração. Constatamos que os sujeitos que se envolvem nas iniciativas de trabalho com essa população têm imensas dificuldades de realizarem e concluírem sua formação na área, bem como de se manterem dedicados à mesma. São grandes as dificuldades de apreenderem suas intervenções enquanto um trabalho técnico, uma perícia (SENNETT, 2004), que possui especificidades, requer metodologias, pressupõe processos de vinculação que demandam um longo prazo e não podem ser justificados, unicamente, pelo viés da compaixão.

Tais dificuldades são explicadas, em parte, pelas suas condições objetivas de formação e trabalho, entretanto, é absolutamente presente em seus contextos a “lógica do voluntariado”. Ou seja, existe o discurso e o fomento por parte da direção da organização para que se instituem práticas na perspectiva do trabalho voluntário. Dessa forma, apesar da presença relativa da figura concreta do trabalhador voluntário, verificamos que os dirigentes ao partirem do pressuposto de que o trabalho das educadoras, para além de técnico, era voluntário, assumiam um lugar de cobrança para com as mesmas quanto ao cumprimento de horas-extras não-remuneradas, por exemplo. Isso implicava no necessário comparecimento às frequentes festividades de finais de semana, em processos de formação, ocorridos em feriados ou fora do horário de traba-

lho, ou até na elaboração de relatórios e projetos institucionais que eram feitos em tempo não previsto pelo contrato de trabalho.

Verificamos, igualmente, com colaboração e parcerias entre o trabalhador voluntário e o educador social que ampliavam as ofertas feitas aos jovens, contudo, o campo empírico revelou que os processos de responsabilização dos voluntários eram frágeis, o que implicava em ausências reiteradas. Concordamos inteiramente com Sennett (2004) quando discute o trabalho voluntário como uma solução insuficiente para lidar com as complexidades sociais, pois as relações de ajuda não conseguem sustentar o peso da desigualdade social estrutural.

Outra contradição observada refere-se à forma de inserção nas instituições estudadas de “programas de transferência de renda”, no caso, o Programa Federal Agente Jovem. Articulava-se o recebimento da bolsa prevista à frequência escolar e à participação do jovem nas atividades socioeducativas, obrigatoriamente. Tal condição, certamente trazia complicações importantes para o trabalho socioeducativo.

Trata-se de uma situação delicada que se “complexifica” na medida em que no Brasil a noção do direito é frágil. Se, ao mesmo tempo, podemos entender o recebimento da bolsa como um direito, como uma política social cujo objetivo é a ampliação das redes sociais de suporte (CASTEL, 1998) desses jovens, também é verdadeiro dizer que o valor repassado via bolsa não faz frente às outras possibilidades com as quais os jovens se deparam, com destaque para atividades ligadas ao tráfico de drogas.

Ainda, se a transferência de renda não é clara enquanto uma noção de direito, corre-se o risco da bolsa ser entendida como um presente. De qualquer forma, as políticas de transferência de renda não compreendidas como um direito social dos cidadãos podem criar um espaço para manipulação de poder, o que faz com que os beneficiários dessas ações, no caso os jovens, se tornem espectadores de suas próprias necessidades e objetos subjugados por um poder superior.

Por fim, debruçamo-nos sobre a “noção de respeito” desenvolvida por Sennett (2004) como uma categoria importante na análise das práticas dos educadores sociais numa situação de tantas contradições, fragilidades e dificuldades.

Não negamos a existência dos processos de ajuda empreendidos cotidianamente entre educadores sociais e os adolescentes, uma vez que o ato de respeitar a si mesmo (respeito próprio) e aos outros (respeito mútuo) pode ser percebido como indício para a construção de uma sociedade que ser quer mais humanitária, mesmo que marcada pela desigualdade. Quando passamos a tomar a dimensão do contexto de vida dos jovens inscritos na condição da pobreza e do urbano, percebemos um cotidiano repleto de violações, de ordem relacional e institucional. Assim, quando os mesmos encontram um espaço onde são acolhidos, escutados, cuidados e onde têm a possibilidade de aprender algo novo, podemos inferir que isso fortalece os códigos do respeito, que pode ser definido como o conjunto de três códigos de conduta: fazer alguma coisa da própria vida (desenvolvimento de suas próprias capacidades e habilidades), cuidar de si mesmo (ser autossuficiente) e ajudar os outros (retribuir aos outros) (SENNETT, 2004).

Entretanto, do ponto de vista social, concordamos com Sposito e Carrano (2003) que ao analisarem particularmente os projetos direcionados a jovens pobres que ocorrem fora do aparato escolar, sejam de iniciativas públicas ou privadas, apontam que tais projetos são “experiências fragmentadas, com fraco poder de impacto e disseminação não favorável à criação de elementos consistentes de uma nova cultura política na formulação de ações para a juventude” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 35). Estas características estão alinhadas à estrutura social, neoliberal na sua vertente política, e, no Brasil, a história dessas práticas se inscreve num modelo assistencialista, resultado de anos de intervenções apoiadas em valores de algumas perspectivas religiosas hegemônicas.

É possível inferir que se os educadores sociais estejam/sejam, um pouco mais “sensibilizados” ou “solidários” às demandas de suas comunidades, isto se

dê por possuírem a percepção de que as coisas não são como deveriam ser. A questão é que está deflagrada a falta de instrumentos hábeis que lhes permitam ajudar a redefinir a trajetória de vida de meninos e meninas pobres nos circuitos das cidades. Dessa forma, o “efeito”, o “resultado” de suas práticas está diretamente vinculado à situação de vulnerabilidade que o jovem se encontra e aos instrumentos técnicos e afetivos que os educadores sociais possuem.

Deveras, poderíamos pensar que as ONGs voltadas para a atenção aos jovens pobres, como uma estrutura institucional, podem e devem conferir melhores instrumentos para seus trabalhadores – educadores sociais nos diferentes processos de ajuda. Instrumentos podem ser traduzidos por disponibilização de tempos realmente necessários para preparação das atividades, no trabalho tratado como perícia e não restrito à compreensão de uma ação voluntária/militante, por melhores condições salariais, por garantia e estímulo aos processos de formação continuada, dentro e fora da organização, por acesso aos materiais e recursos para o trabalho, entre outros.

Deparamo-nos, na maior parte das vezes, com educadores que nem ao menos se questionavam em relação ao seu papel político. Se isso ocorre na “micrológica” da ação dos educadores sociais, podemos considerar, “macrosocialmente”, que o conjunto das ONGs, de uma forma geral, ao realizarem os processos de concessão precária, ou de não concessão de instrumentos aos educadores sociais, elas são, de forma consciente ou não, altamente funcionais ao sistema de reestruturação do capital.

Nessa perspectiva, as ONGs constituem-se em espaços importantes de sociabilidade e pertencimento “dos” e “para” os jovens pobres nas cidades, sendo que as relações ali estabelecidas apontam na direção do respeito e na ampliação de suas redes de suporte social. Todavia, as mudanças nas trajetórias de suas vidas, destinadas às margens sociais, quando ocorrem, se dão de forma bastante restritiva e insuficiente, num nível individual. Não há mudanças significativas no universo macrosocial, não há redefinição do lugar social ocupado pelos jovens pobres na sociedade. Esta mesma socie-

dade continua a olhar e a tratar esses meninos e meninas de maneira não condizente e até oposta ao que já está preconizado e estabelecido em lei: são sujeitos de direitos, são prioridade absoluta e devem desenvolver-se integralmente (Brasil, 1990).

Muitas são as ações que precisam ser feitas no sentido de fortalecer as redes de proteção e de suporte desses jovens, para a sensibilização da sociedade com relação a necessidades advindas dessa questão: investimentos sociais públicos e intervenções no sentido da criação de outras possibilidades para esses jovens... possibilidades reais de amanhã (GIANNETTI, 2005).

NON GOVERNAMENTAL ORGANIZATIONS, POOR YOUNGSTERS AND SOCIAL EDUCATORS IN CITIES

Its about an analyze the educative practices accomplished by the social educators in two Non Governamental Organizations in a big countryside city at state of São Paulo/BR, that actuate in the field of education and social assistance with youngsters in situation of social vulnerability, what is done in a period complementary to the school period. For such, it has been used methods like participative observation and interviews half-structured, wherin analyzed based with the follow categories: the role of the NOGs/ Third Sector in the contemporary society; the present condition of the youth and youngster lacking and urban, of the education and of the social educator. Concluded that such practices can favors, restrictedly and individually, the enlarging of the social net of support of the caring youngsters. Thus, the NOGs, there are an alignment to the hegemonic neoliberal political project that reproduces the social, economic and political differences, operating in the assistencialism logic, and contributing in maintaining the present status quo.

KEY WORDS: Non Governamental Organizations. Social Educational Actions. Youth.

Referências

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação. Portugal*: Porto, 1994.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1990.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Secretaria da Fiscalização e Avaliação de Governo. *Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem*. Brasília, DF: 2004. Disponível em: www.tcu.gov.br (avaliação de programas de governo). Acesso em: jun. 2007.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES: Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista da USP*, v.13, p.86- 101, 1993.
- FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- GIANETTI, E. *O valor do amanhã: ensaios sobre a natureza dos juros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- GUIMARÃES, M. B. L. Feminização da pobreza e religiosidade. In: VALLA, V. V.; STORTZ, E. N.; ALGELIBE, E. B. (org.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto/Escola Nacional de Saúde Pública, 2005. p. 169-190.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>>. Acesso em: jan 2005.
- IMBERÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2000.

LANDIM, L. Notas para um perfil das ONGs. 1996. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/novosite/bibli.asp?ID=17>>. Acesso em: maio 2005.

LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo*. 1999. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1999. 539p.

MALFITANO, A. P. S; LOPES, R. E. *Apontamentos de campo acerca de uma experiência de educação não-formal com crianças e adolescentes em situação de rua*. Série-Estudos. Campo Grande, v. 17, n. 17, p. 29-42, 2004.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R. D. *Elogio da diferença: o feminismo emergente*. 2. ed. São Paulo : Brasilense, 1992.

SENNETT, R. *Respeito: a formação de um caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROSMBERG, F. A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I.; A. C. T. *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

SERRA, R. O “terceiro setor” em debate. *Revista Resgate*, n. 12, Campinas: Editora Centro de Memória – UNICAMP, p. 75 - 84, 2003.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 16-39, 2003.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. Tempo Social, v.17, n.2, p.141-172, 2005.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.

TEIXEIRA, A. C. *Identidades em construção: Organizações Não-Governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo : Annablume : FAPESP, 2003.

Recebido em 15 jan. 2010 / Aprovado em 14 out. 2010

Para referenciar este texto

BORBA, P. L. de O.; LOPES, R. E. Organizações Não Governamentais, jovens pobres e educadores sociais nas cidades. *EccoS*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 437-452, jul./dez. 2010.